

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**EVOLUÇÃO DOS FATORES SOCIOECONOMICOS E DA CRIMINALIDADE  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1980 E 2016**

LUAN RODRIGUES BARBOSA

matrícula nº: 110052254

ORIENTADORA: Leonarda Musumeci

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**EVOLUÇÃO DOS FATORES SOCIOECONOMICOS E DA CRIMINALIDADE  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1980 E 2016**

---

LUAN RODRIGUES BARBOSA  
matrícula nº: 110052254

ORIENTADORA: Leonarda Musumeci

2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

## **RESUMO**

O objetivo deste estudo é mostrar possíveis convergências entre condições socioeconômicas, dinâmicas criminais e políticas de segurança pública na determinação dos índices de criminalidade apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Para tanto, utilizamos indicadores econômicos e sociais do IBGE e indicadores criminais do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ). Analisamos o contexto nacional no qual o Rio de Janeiro está inserido, a evolução das condições macroeconômicas do país e do estado no decorrer dos últimos 30 anos, o avanço da criminalidade e as respostas governamentais aos problemas de segurança. Examinamos também uma política específica adotada desde 2008 – o programa das UPPs -, seus impactos sobre os níveis de violência no estado e as falhas que levaram à atual deterioração da iniciativa. A discussão acerca do tema, exposta na monografia, acompanha as conclusões de outros trabalhos sobre sociedade, economia e crime, e indicam que a importância dos fatores que impulsionam a complexa dinâmica da violência pode variar de forma significativa de período para período.

**Palavras-chave:** economia; sociedade; crime

## **ABSTRACT**

The objective of this study is to show possible convergences between socioeconomic conditions, criminal dynamics and public security policies in the determination of crime rates in the State of Rio de Janeiro in the last decades. For that, we use IBGE's economic and social indicators, and criminal indicators of the Public Security Institute (ISP-RJ). We analyze the national context in which Rio de Janeiro is inserted, the evolution of the country's and state's macroeconomic conditions over the last 30 years, the progress of crime and government responses to safety problems. We also examine a specific policy adopted since 2008 - the program of the UPPs - its impact on the levels of violence in the state and the failures that led to the current deterioration of the initiative. The discussion about the topic presented in the monograph accompanies the conclusions of other works on society, economy and crime, and indicate that the importance of the factors that drive the complex dynamics of violence can vary significantly from period to period.

**Keywords:** economy; society; crime

# SUMÁRIO

Introdução .....	6
Capítulo I - Panorama da economia e da segurança nas últimas décadas .....	10
Violência e contexto socioeconômico no Rio de Janeiro .....	16
Capítulo II - Rio de Janeiro: histórico da criminalidade e das políticas de segurança...	22
Capítulo III - Favelas, periferias e as UPPs.....	27
Falhas e problemas no desenvolvimento do programa.....	31
Bibliografia .....	39

## Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1: Triângulo do Crime.....	9
Gráfico 1: Variação do Produto Interno Bruto no Brasil – 1968/1990 (em %).....	11
Tabela 1: Brasil: Atividades de Vigilância Privada Evolução do Pessoal Ocupado – 1985/1995.....	12
Tabela 2 – Brasil: Segurança Pública e População Ocupada Total Evolução do Pessoal Ocupado – 1985/1995.....	12
Gráfico 2: Participação das classes sociais na população – em % .....	15
Gráfico 3: Homicídios Dolosos no Estado do Rio de Janeiro – 1990-2016.....	17
Gráfico 4: Crimes contra o patrimônio do Sistema Integrado de Metas – 2001/2016 (Número índice: 2001=100).....	18
Gráfico 5: Desemprego, renda e desigualdade social – Rio de Janeiro, 1981 a 2014 (Número índice: 1981=100).....	19
Tabela 3: Coeficiente de Correlação Linear de Pearson (r) entre variáveis socioeconômicas e criminais – 1992 a 2014.....	20
Gráfico 6: Roubo e Furto de Veículos no Estado do Rio de Janeiro – 1991/2016.....	21
Gráfico 7: Homicídios decorrentes de intervenção policial – 1991/2016.....	24
Gráfico 8 – Nível de escolaridade da população das UPPs e da população do Município do Rio de Janeiro com 16 anos ou mais de idade.....	29
Gráfico 9 – Homicídios nos territórios com UPP, no resto da cidade e no resto do Estado do Rio de Janeiro – 2007/2015 (Número-índice: 2007=100).....	31
Gráfico 10 – Policiais militares mortos em serviço Estado do Rio de Janeiro - 2000/2016.....	32

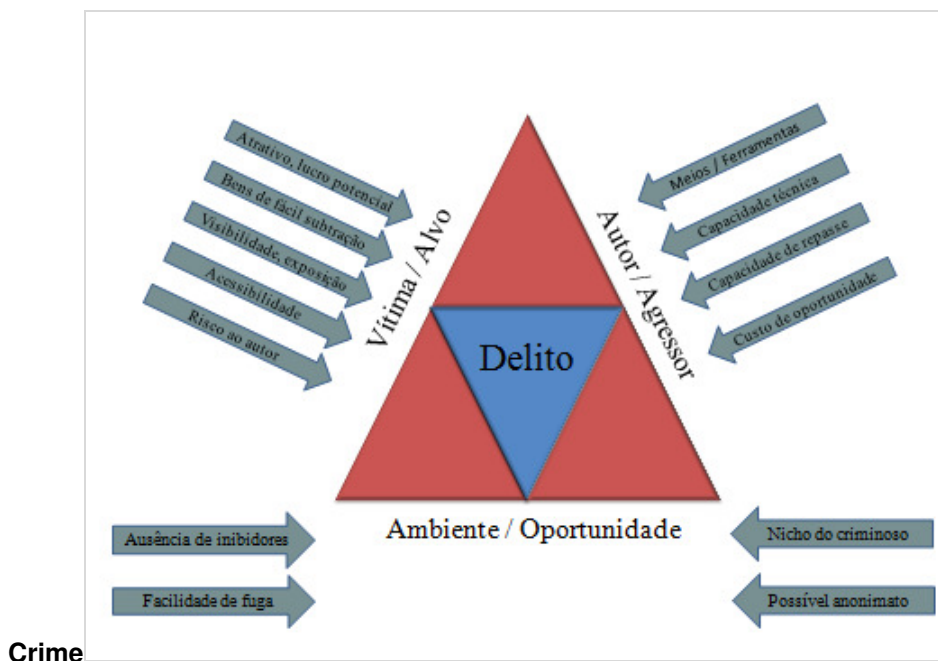
## Introdução

Diversas pesquisas ao longo dos últimos anos estudaram as possíveis relações entre condições socioeconômicas de uma região e o fenômeno criminal. A participação da Economia nesse campo de conhecimento é ainda incipiente no Brasil, mas bastante desenvolvida em outros países, especialmente nos EUA (veja-se a resenha de Cerqueira e Lobão, 2003). Outras linhas de estudos, porém, enfatizam mais as especificidades da dinâmica criminal e as políticas de segurança pública na determinação dos índices de violência (veja-se, por exemplo, o trabalho recente de Silvia Ramos, 2016).

Nosso objetivo neste estudo é o de mostrar que as duas perspectivas se complementam: analisamos a evolução da segurança pública no Rio de Janeiro, nas últimas décadas, levando em conta tanto as mudanças no ambiente econômico como as políticas governamentais adotadas para fazer frente ao problema da criminalidade violenta.

Partimos da hipótese de Gary Becker (1968), de que a prática dos delitos, especialmente dos crimes contra o patrimônio, é resultado de um processo racional em que o potencial criminoso avalia o custo/benefício entre o retorno esperado da atividade ilegal e possíveis sanções sociais a que ficaria suscetível, como a perda da liberdade. Essa hipótese pode ser ilustrada pelo Triângulo do Crime, baseado também na Teoria da Atividade Rotineira (*Routine Activity Theory*), estruturada por Lawrence Cohen e Marcus Felson em 1979. Segundo essa teoria, a ocorrência do crime se dá pela convergência de três elementos complementares entre si: o indivíduo motivado (autor), a vítima e a oportunidade, que devem coincidir no mesmo local e espaço no tempo (ver Figura 1, abaixo).

Figura 1 – Triângulo do



Fonte: Marcus Ferreira – Métodos Quantitativos em Segurança Pública/ISP (Apresentação em aula para o Curso de Formação de Oficiais da PMERJ, 2016).

Outra hipótese aqui adotada é de que as condições macroeconômicas, como níveis de emprego e renda, têm influência nas escolhas racionais dos agentes e, portanto, nos índices de criminalidade registrados, sobretudo no que se refere aos crimes contra o patrimônio. Como afirma Balassiano *et al.* (2012), “as estimativas sugerem que os indicadores econômicos têm muito mais a dizer sobre os crimes contra o patrimônio do que sobre homicídios”. Levitt (1997) *apud* Balassiano (2012) mostra, por sua vez, que variações no contingente policial afetam os níveis de crimes violentos contra a vida, mas têm pouco impacto sobre crimes contra a propriedade – conclusão a que chegou utilizando dados em painel de 59 cidades americanas, para o período entre 1970 e 1992. Dessa perspectiva, portanto, a situação econômica de uma região teria mais impacto sobre os crimes “com fins lucrativos”, uma vez que afetaria os retornos e os custos esperados das ações criminosas, do que a política de segurança baseada em policiamento ostensivo.

A terceira hipótese da monografia é de que as variáveis econômicas não atuam isoladamente, mas sim em interação com fatores sociodemográficos e com circunstâncias específicas de segurança pública, tais como dinâmicas internas ao mundo do crime e tipos de políticas de segurança adotados em cada período.

Para mensurar a evolução do fenômeno criminal, utilizamos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro sobre homicídios, mortes provocadas pela polícia e quatro tipos de crimes violentos contra o patrimônio incluídos no Sistema Integrado de Metas – roubo de veículos, roubo a transeunte, roubo em coletivos e roubo de celulares – no período entre 1991 e 2015.

Para as variáveis socioeconômicas, tais como nível de atividade (rendimento médio real e taxa de desemprego), desigualdade de renda e características demográficas (proporção de jovens na população), recorreremos às informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de só terem sido levadas em conta algumas variáveis, os dados não estão disponíveis para todo o período estudado, o que impediu a aplicação de modelos para verificar estatisticamente as relações entre as séries econômicas e as criminais. Frente a essas e outras limitações, a análise aqui desenvolvida deve ser considerada mais aproximativa que conclusiva.

O trabalho apresenta três momentos, com características diferentes, da história do estado do Rio de Janeiro, inserido, por sua vez, num contexto nacional, em que a relevância dos fatores que mais influenciaram o crescimento das taxas de criminalidade mudou decisivamente. O primeiro período está compreendido entre 1981 e 1990, e foi marcado por demasiadas dificuldades tanto no cenário econômico quanto no âmbito específico da segurança pública. O segundo trata do período entre 1991 e 2000, momento de intenso ajuste econômico e aumento do desemprego, principalmente entre os jovens, e de forte crescimento da criminalidade violenta. O terceiro e último período observado aponta melhora nos indicadores socioeconômicos e demográficos, apesar da crise internacional de 2008 e 2009, além do programa de Unidade de Polícia Pacificadora e da implantação do Sistema Integrado de Metas, políticas que trouxeram uma nova realidade ao cenário da segurança pública fluminense.

Esse panorama das mudanças ocorridas no Brasil e no Estado do Rio desde a década de 1980 é traçado no capítulo inicial da monografia. No segundo capítulo, focaliza-se a história das políticas de segurança pública no estado até 2017 e sua relação com o comportamento dos indicadores de criminalidade violenta. O terceiro analisa especificamente os impactos iniciais do Programa de Polícia Pacificadora (UPP), implantado a partir de 2008, sobre os índices de homicídios e de roubos na cidade e no Estado do Rio. Nas considerações finais, retomamos a pergunta motivadora do trabalho: como se combinaram o contexto socioeconômico e as escolhas de políticas de segurança para modificar as taxas de criminalidade e violência no Rio de Janeiro? Embora sem

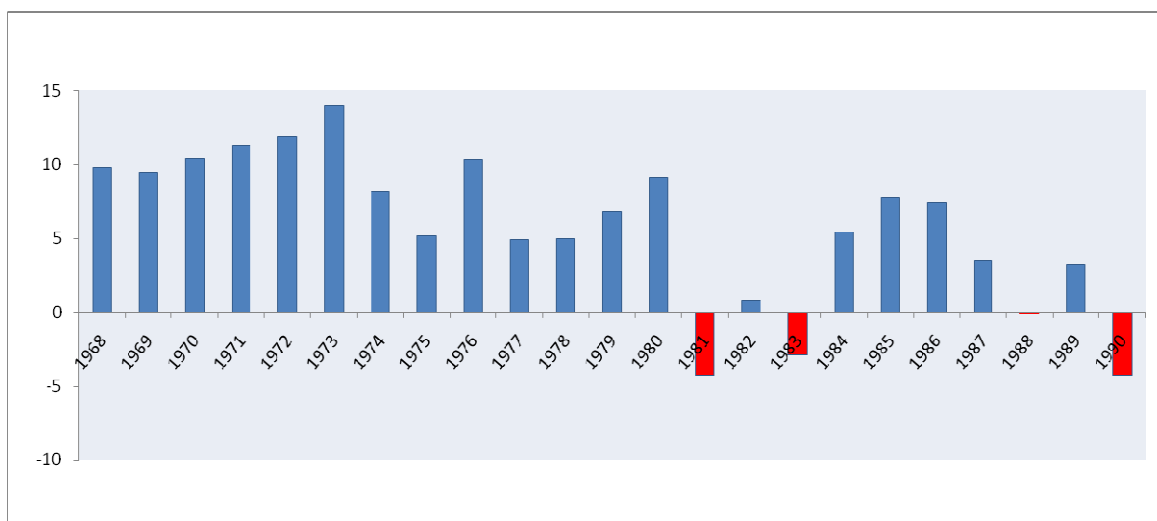


pretensão de oferecer respostas conclusivas, sublinhamos a importância desse debate para compreender e enfrentar um dos problemas sociais que mais comprometem a qualidade de vida da população, tanto no estado quanto no resto do país.

## **Capítulo I - Panorama da economia e da segurança nas últimas décadas**

A década de 1980, conhecida como "década perdida", foi marcada, no Brasil, por uma profunda crise econômica, associada a grandes desequilíbrios macroeconômicos, alta inflação e crescente concentração de renda. Segundo Ometto *et al* (1995) a queda do nível de emprego é um dos fatores mais visíveis da crise. Isso implica que o nível de salários reais estava sendo impactado e que a estrutura econômica estava se modificando no Brasil e no Rio de Janeiro. Isso porque, em primeiro lugar o aumento do desemprego reduz o poder de barganha dos sindicatos trabalhistas e, segundo, pela dinâmica da oferta *versus* demanda neste mercado, mostrando-se mais forte quanto menor a qualificação da mão de obra.

As vagas abertas no mercado formal e informal de trabalho, os salários, os níveis de inflação e os programas de assistência oferecidos pelo Estado ou pelo setor privado colaboram para o padrão de vida de uma população em determinada região. A recessão econômica, já nos primeiros anos da década, impactou o PIB per capita, que recuou 11,7% no Brasil entre 1981 e 1983 (observar Gráfico 1, abaixo). As dificuldades econômicas foram mais patentes nos grandes centros urbanos, inclusive nos do estado do Rio de Janeiro, onde ocorrera, na década de 1970, expressiva expansão populacional, respondendo ao fenômeno do êxodo rural. Com crescimento populacional de aproximadamente 47%, as grandes regiões metropolitanas brasileiras receberam cerca de 12 milhões de habitantes, que se juntaram aos 25 milhões de já residentes (Cerqueira, 2010).

**Gráfico 1 – Variação do Produto Interno Bruto no Brasil – 1968/1990 (em %)**

**Fonte:** Elaboração própria, construído a partir de dados do IBGE.

Por vezes, a expansão no setor informal reflete um caminho alternativo dos trabalhadores frente à falta de opção no mercado de trabalho formal diante da crise do emprego, gerada por circunstâncias econômicas adversas.

Com a crise estabelecida, aceleração da inflação, queda da produção industrial, queda do poder de compra dos salários e aumento do nível de desemprego, o estado do Rio e o resto do país passaram por restrições fiscais em larga escala. O período de acelerado crescimento entre 1968 e 1973 – conhecido como “milagre brasileiro” – acaba perto do fim da década de 1970. É notável a desaceleração do Produto Interno Bruto, chegando a registrar crescimento negativo em 1981, 1983 e 1990, e praticamente nulo em 1982 e 1988 (vide Gráfico 1, acima).

No campo da segurança, Cerqueira (2010) afirma que o aumento da violência observado ao longo da década de 1980 aqueceu o mercado de soluções particulares para a garantia da inviolabilidade da vida e da propriedade. Ainda segundo o autor, a escalada da demanda por autoproteção, incluindo o aumento na aquisição de armas de fogo, foi uma consequência da deterioração da segurança pública na década de 1990 sem que houvesse, no entanto, uma freada da violência. A evolução da ocupação de trabalhos ligados à segurança privada entre os anos 1985 e 1995 traduz essa ideia. Em outras palavras, o aumento da segurança privada foi uma resposta à sensação de insegurança pública gerada pelas taxas de violência nesse período. Estatisticamente, somando o total de pessoal ocupado em vigilância e guarda do segmento empresarial ao de vigias e vigilantes ocupados em outras atividades, chegamos a uma taxa de

crescimento da ordem de 56,2% no período (Tabela 1 e 2). Crescimento este mais alto que o do total das forças estaduais de segurança pública no mesmo período (43,9%) e bem superior ao aumento da população ocupada total no país (32,8%).

**Tabela 1 – Brasil: Atividades de Vigilância Privada  
Evolução do Pessoal Ocupado – 1985/1995**

<b>Atividades</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>Crescimento (%)</b>
Vigilância e Guarda (Empresas de segurança)	199.137	422.057	111,9
Vigias e Vigilantes de Outras Atividades	441.402	578.240	31,0
<b>Total</b>	<b>640.539</b>	<b>1.000.297</b>	<b>56,2</b>

Fonte: Musumeci (2011), construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

**Tabela 2 – Brasil: Segurança Pública e População Ocupada Total  
Evolução do Pessoal Ocupado – 1985/1995**

<b>Atividades</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>Crescimento (%)</b>
Polícia Militar	234.777	339.762	44,7
Polícia Civil	105.234	154.435	46,8
Corpo de Bombeiros	22.459	35.692	58,9
Sistema Penitenciário	25.110	27.676	10,2
<b>Segurança Pública (Total)</b>	<b>387.580</b>	<b>557.565</b>	<b>43,9</b>
<b>População Ocupada Total</b>	<b>52.411.248</b>	<b>69.627.385</b>	<b>32,8</b>

Fonte: Musumeci (2011), construído a partir de informações da PNAD 1985 e 1995.

De acordo com a PNAD, a atividade de vigilância e guarda cresceu em todas as macrorregiões do país entre 1985 e 1995, mas há taxas bastante diferenciadas como a do Sudeste, que apresentou 139% de crescimento (Musumeci, 2011).

Mais um entrave dos anos 1980, persistente até os dias atuais, é o ciclo incompleto de polícia. A Constituição Federal de 1988 não alterou a estrutura nem a forma da atuação das polícias no Brasil. O modelo permaneceu sendo de duas polícias. A Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, e a Polícia Civil, conhecida como polícia investigativa e judiciária. Esse modelo gera um engessamento das instituições, de forma que as polícias sempre estão um passo atrás das organizações criminosas, agindo majoritariamente na repressão após o acontecimento do delito.

Some-se a isso a herança do “caráter repressivo do aparelho de justiça criminal brasileiro [para garantir o status *quo* e o Estado], melhor do que um mecanismo para a salvaguarda dos direitos civis ou humanos” (Holloway, 1997, p. 260, *apud* Cerqueira 2010).

“Condizente com essa inspiração, o modelo de policiamento tradicional adotado é

focado meramente no incidente, melhor do que na prevenção aos fatores que geram os problemas de ordem urbana, pequenos delitos e grandes crimes. Desse modo, a eficácia do sistema depende primordialmente da presença ostensiva do efetivo policial para reprimir e coibir o crime.” (Cerqueira, 2010, p. 22)

Todo esse contexto elevou de maneira progressiva a visibilidade da violência, impactando o sentimento de insegurança e a sensação de risco. Em resposta ao aumento do sentimento de insegurança houve, como se viu, uma expansão expressiva da segurança privada como uma alternativa de proteção frente ao aumento da criminalidade e à ineficácia da segurança pública. Pode-se supor que a relação segurança privada X pública gera um grande conflito de interesses: quanto maior a insegurança pública, maiores os ganhos com a segurança privada não só dos profissionais particulares, mas também daqueles da segurança pública que prestam serviços particulares nas suas horas vagas.

A década de 1990 se iniciou num contexto socioeconômico conturbado. A inflação disparou após o fracasso do Plano Cruzado, no final de 1986 e, em 1993, durante o governo Itamar Franco. No auge, a hiperinflação atingiu mais de dois mil por cento ao ano. Após o fracasso de planos econômicos anteriores (Plano Cruzado, 1986; Plano Bresser, 1987; Plano Verão, 1989; Planos Collor I e II, 1990), o Plano Real, implantado em 1994, pôs fim à inflação galopante e inaugurou um novo cenário econômico. A inflação corroía o poder de compra; portanto, a estabilidade fez o consumo crescer consideravelmente.

Entretanto, o processo de abertura da economia em marcha, associado à estabilidade da moeda, acarretou um intenso ajuste econômico e uma busca por eficiência pelas companhias, gerando o aumento vertiginoso da taxa de desemprego, sobretudo entre a população mais jovem. Chamamos atenção para esse desemprego característico dos jovens. Alguns dados sobre o Brasil podem mensurar a grandeza desse efeito: em nível nacional, de 1989 a 1999, a taxa de desemprego para indivíduos entre 30 e 35 anos aumentou de 2,8% para 9,4%, enquanto para indivíduos entre 18 e 20 anos passou de 7,7% para 25,4% no mesmo período (Cerqueira, 2010).

“A falta de oportunidades e a ‘vulnerabilidade’ social do jovem na década de 1990 e sua participação nos mercados criminais dominou o debate acadêmico e as discussões sobre as políticas públicas na área de segurança no Brasil, sendo, contudo, uma questão ainda em aberto nos dias atuais. O que se sabe, de acordo com a literatura etiológica do crime descrita, é que a motivação à delinquência e ao uso da violência é um processo na vida do indivíduo, cuja propensão maior coincide exatamente com a fase da adolescência.” (Cerqueira, 2010, p. 59)

Enfim, na década de noventa, o aumento da renda e leve diminuição na desigualdade poderiam ter contribuído para uma pequena melhoria nas condições de segurança pública, mas o aumento da população jovem e o alto desemprego nessa faixa de idade parecem ter atuado no sentido contrário. Vale notar que a população brasileira jovem (15 a 24 anos) cresceu 19,2% entre 1991 e 2000, acima do crescimento da população total, que foi de 15,6% no mesmo período. Em números absolutos, isso representou um acréscimo de 5,5 milhões de jovens e, em termos relativos, significou um aumento de 19,5 para 20,1% de jovens no conjunto da população. No Rio de Janeiro, por sua vez, a população com 15 a 24 anos de idade cresceu 13%, passando de cerca de 1,1 milhão em 1991 para 1,3 em 2000, segundo os censos demográficos do IBGE; isso alterou pouco, porém, a proporção do segmento etário no conjunto da população, que passou de 8 para 8,2% no período.

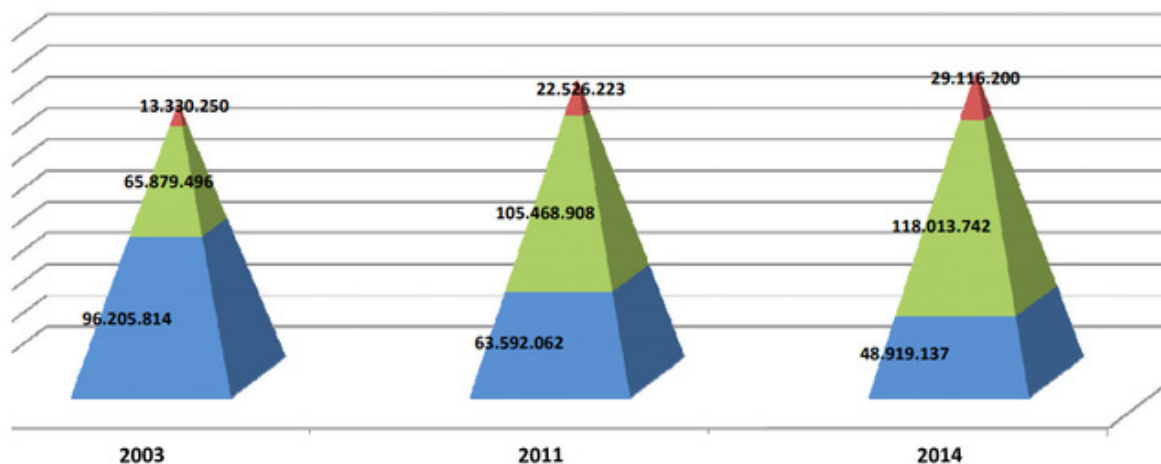
A partir de 2001 é possível observar uma redução da desigualdade de renda, da taxa de desemprego e um aumento da renda *per capita* na economia brasileira de forma consistente. É de conhecimento que a expansão expressiva do trabalho assalariado formal e o persistente aumento do salário mínimo real, através das políticas do governo, estão na base das melhorias sociais e econômicas (Medeiros, 2013). Essas melhorias nos indicadores socioeconômicos foram ainda acompanhadas, ao longo da década, por uma significativa desaceleração do crescimento da população brasileira jovem (15 a 24 anos de idade): de um aumento de 19% entre 1991 e 2000 para apenas 0,4% entre 2000 e 2010, ocasionando uma redução da proporção de homens jovens na população total do país (de 20,1% em 2000 para 17,9% em 2010).

Nesse período, a classe C ganhou nova posição no cenário econômico, com possíveis consequências na área da segurança pública. Há expansão do poder de consumo da classe média, seja pelas melhorias da distribuição de renda, das políticas de aumento do salário mínimo, do aumento dos salários reais, da redução do desemprego ou do aumento da formalidade do mercado de trabalho, com impactos também nos preços dos serviços da economia brasileira. Como se verá no caso do Rio de Janeiro, isso pode ter contribuído para reduzir certos tipos de delitos, mas também pode ter ampliado o atrativo dos chamados crimes de rua, especialmente dos roubos a transeunte, que respondem, entre outros fatores, à abundância e disponibilidade de objetos roubáveis.

Tudo indica que o crescimento da classe média é proveniente da ascensão das classes D e E, mais pobres, uma vez que a classe AB não diminuiu neste período

conforme mostrado no Gráfico 2, abaixo. Isso quer dizer, grosso modo, que o poder de compra da população brasileira como um todo foi elevado.

**Gráfico 2 – A pirâmide de classes econômicas – 2003, 2011 e 2014**



Fonte: NERI (2014)

No segundo semestre de 2008, apesar da crise econômica internacional, a economia brasileira apresentou recuperação em função do bom desempenho do mercado interno, aquecido pelas reduções das taxas de juros e pelo estímulo ao consumo de uma forma abrangente, desde a linha branca de eletrodomésticos até veículos automotores. O consumo nesses setores apresentou efeito multiplicador elevado sobre a renda e as taxas de emprego.

As melhoras no cenário econômico do país nos anos 2000, provenientes em parte das medidas e programas de políticas sociais, como, por exemplo, a ampliação do Programa Bolsa Família e a extensão do seguro desemprego, permitiram que o padrão de consumo das famílias mudasse. Famílias com menor renda, que direcionariam uma maior parcela de seus rendimentos para insumos básicos de sobrevivência, como alimentação, ascenderam nos estratos sociais.

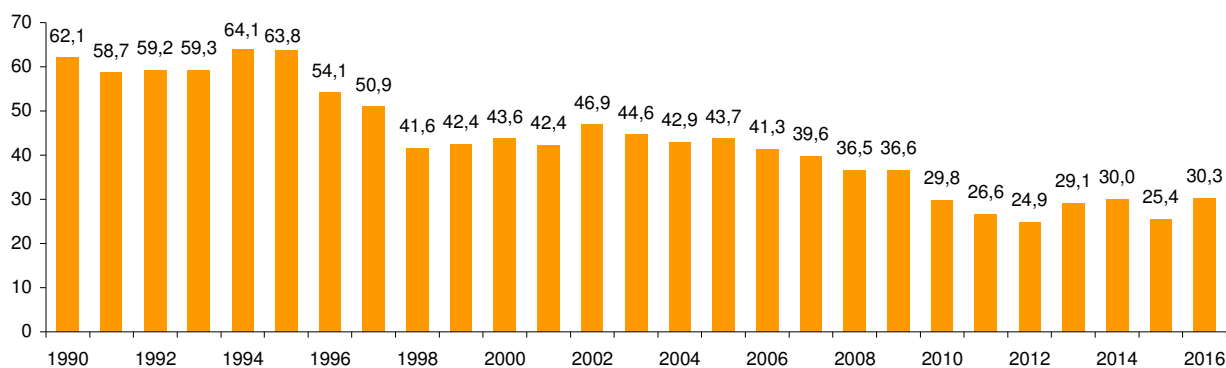
Esse contexto nacional se reflete também nos dados sociais e econômicos do Rio de Janeiro elencados como variáveis de interesse neste artigo. A renda média *per capita* e o desemprego seguiram tendências opostas. Enquanto a renda média do trabalhador fluminense subiu, a taxa de desemprego caiu entre 2002 e 2015, com destaque para o período entre os anos de 2005 e 2012, em que o movimento foi mais expressivo. A desigualdade da renda medida pelo Índice de Gini também mostrou redução no período,

remetendo-nos às melhorias sociais em razão de programas de assistência social e incentivo ao consumo através do crédito.

## Violência e contexto socioeconômico no Rio de Janeiro

É preciso ressaltar que o índice de homicídios é uma das formas mais eficazes de analisar o grau de criminalidade em estados e países, sobretudo por dois motivos. Primeiro por serem crimes de notificação obrigatória, diferentemente de outros delitos como agressão ou crimes contra o patrimônio, e em geral são recolhidos tanto pela polícia quanto pelos setores de saúde, havendo possibilidade de checagem mútua entre as duas fontes de dados. Em segundo lugar, porque, normalmente, onde as taxas de homicídio são altas as de outros crimes também são, embora os dois tipos de delitos possam obedecer a lógicas diferentes. Mas, ainda que se deva analisar as taxas de homicídios cuidadosamente e no contexto de outras variáveis, elas são "a ponta mais visível e mais dramática das condições de insegurança das sociedades", nas palavras de Silvia Ramos (2016).

**Gráfico 3 – Homicídios Dolosos no Estado do Rio de Janeiro – 1990-2016**



Fonte: ISP-RJ (Elaboração CEsSeC)

Segundo Silvia Ramos (2016), mais do que os fatores econômicos, uma das variáveis mais importantes para explicar a evolução taxa de homicídios no Rio de Janeiro é a atuação da própria polícia e as políticas de segurança em curso desde o fim da ditadura. É notório que os maiores índices de mortes intencionais se localizam na região metropolitana, sendo que o interior do Rio de Janeiro apresenta taxas comparativamente menores. Segundo Musumeci, Silva e Conceição (2006), entre 2000



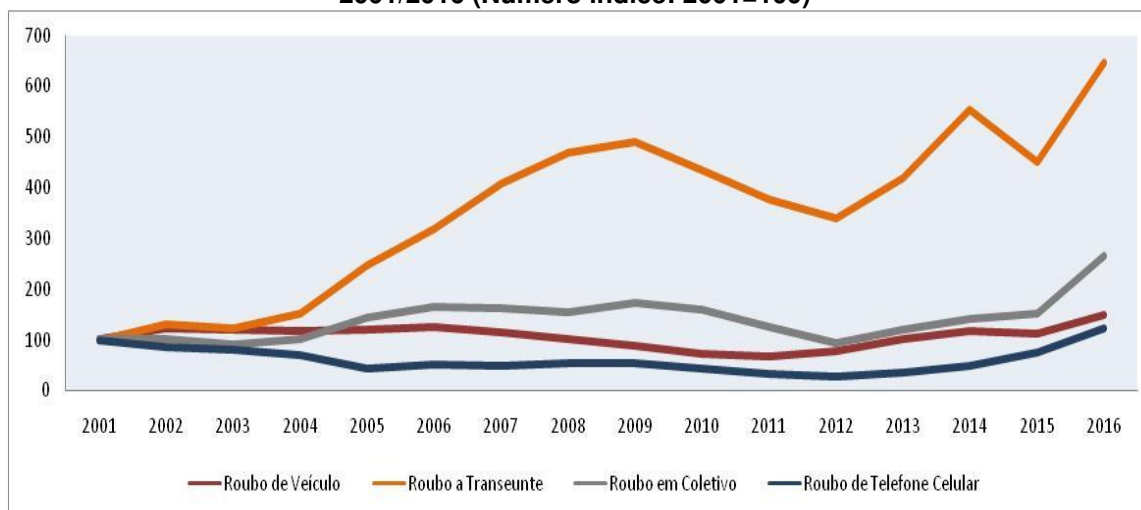
e 2005, a Baixada Fluminense apresentou média anual de homicídios 23 vezes maior que a apresentada pela Zona Sul do município do Rio.

Outra característica particular dos homicídios é a relação entre os números de mortos pela polícia e de policiais mortos em serviço. Pode-se imaginar que a taxa de letalidade em determinadas zonas é maior por conta do combate mais intenso, porém essa é apenas uma parte da verdade. O motivo dos altos índices de homicídios provocados pela polícia se deve, em grande medida, às diferentes realidades encontradas durante as ações nas diferentes áreas da cidade e da região metropolitana (sendo umas mais deflagradas que outras) e à orientação da política de segurança, quando estimula a estratégia de confronto, em detrimento da inteligência e da prevenção, aumentando o risco de morte tanto para os criminosos quanto para os policiais e para a população em geral, sobretudo a das favelas e periferias.

Os assassinatos comuns ou decorrentes da intervenção policial não se concentram apenas geograficamente, mas também num determinado perfil: seja no Estado do Rio ou no resto no país, matam-se mais homens que mulheres, mais negros que brancos e, sobretudo, jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos (IPEA, 2017). Vê-se, assim, que as mortes por uso da força e as mortes violentas em geral distribuem-se desigualmente entre os territórios e os segmentos da população, mas são sensíveis aos comandos da polícia e das políticas de segurança. Segundo Ramos (2016), quando a taxa de homicídios começa a cair no Rio de Janeiro, a participação da polícia neles também cai consideravelmente. Em outras palavras, a redução de mortes provocadas em operações de repressão lidera a queda de mortes intencionais no estado. As mudanças nas políticas públicas de segurança entre 2007 e 2012, sobretudo no interior dos espaços de favela e periferia, alteraram, portanto, o índice de crimes contra a vida apresentados pelo estado do Rio de Janeiro. Mas, como se verá adiante, a crise atual, tanto na economia quanto na segurança pública, fez com que a violência letal voltasse a crescer acentuadamente a partir de 2013.

No que diz respeito aos delitos violentos contra o patrimônio, nota-se também uma tendência de queda até 2012, com exceção dos roubos a transeuntes, que, apesar de um decréscimo entre 2009 e 2012, apresentam forte aumento desde 2004 (ver Gráfico 4, abaixo).

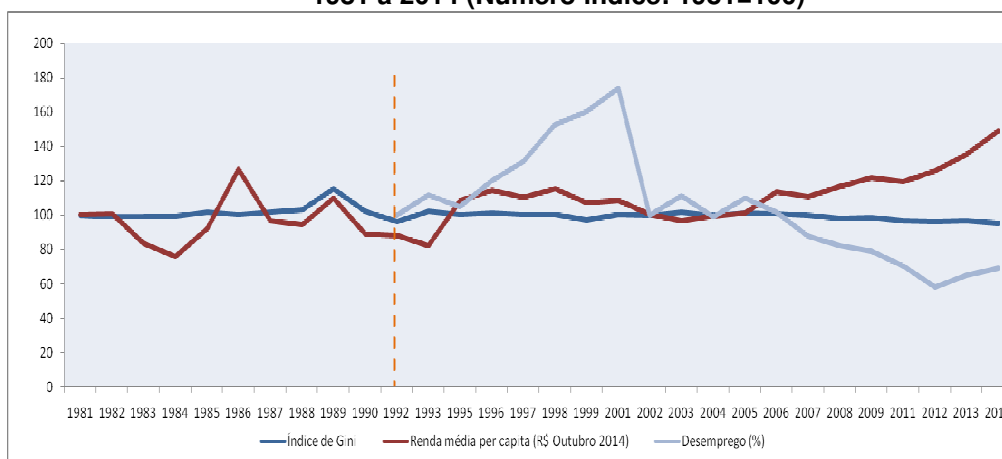
**Gráfico 4 – Crimes contra o patrimônio do Sistema Integrado de Metas – 2001/2016 (Número índice: 2001=100)**



**Fonte:** Elaboração própria, construído a partir de dados do Instituto de Segurança Pública - RJ.

Conforme o Gráfico 5, abaixo, a renda média per capita no Estado do Rio de Janeiro cresceu 14,5% entre 2003 e 2007, enquanto o desemprego aberto recuou 21% e o desemprego dos jovens na Região Metropolitana caiu, em média, 18%. Ainda assim, nesse mesmo período, houve disparada dos registros de roubos a transeunte, que passaram de 17.884 para 59.494 casos, um aumento de 232%.

**Gráfico 5 – Desemprego, renda e desigualdade social – Rio de Janeiro, 1981 a 2014 (Número índice: 1981=100)**



**Fonte:** Elaboração Própria, construído a partir de informações do IPEA. Notas: Os indicadores apresentados foram: o Índice de Gini e a média da renda domiciliar *per capita* (baseados nas Pnads e a taxa de desemprego (IPEA). Esses indicadores foram apresentados em base fixa, sendo 1981 = 100, para Gini e renda, e 1992 = 100 para a taxa de desemprego.

A proporção de homens jovens no Rio de Janeiro também não parece ter sido fator determinante para o aumento dos roubos a transeunte nesse intervalo de tempo.

Em 2000, homens jovens na faixa etária de 15 a 24 anos correspondiam a 9% da população fluminense. No Censo de 2010, eram 1.284.695 homens jovens no estado, 8% da população total, queda de aproximadamente 1% no período.

Como já dito, o trabalho não se propôs a aplicar modelos estatísticos para verificar relações entre variáveis criminais e socioeconômicas, entre outros motivos, pela limitação das informações quantitativas disponíveis. Mas, apenas como um exercício simples, com base nas séries de dados que puderam ser compatibilizadas e com uso do coeficiente de correlação linear de Pearson ( $r$ ), testamos em que medida essas séries se mostram ou não correlacionadas, e em que grau.<sup>1</sup>

Em princípio, as correlações esperadas seriam positivas para desigualdade e desemprego (ou seja, quando cresce uma dessas variáveis, o crime também aumenta), e negativas para renda per capita (quando esta sobe, o crime cai). Mas não só a limitação dos indicadores utilizados como a possível influência de outros elementos importantes que não puderam ser incluídos na análise – por, exemplo a proporção de jovens na população e o desemprego específico dos jovens – permitem apenas sugerir alguns vínculos entre variáveis socioeconômicas e criminais, não extrair conclusões.

**Tabela 3 – Coeficiente de Correlação Linear de Pearson ( $r$ ) entre variáveis socioeconômicas e criminais – 1992 a 2014**

Variáveis socioeconômicas	Crimes violentos contra o patrimônio			
	Roubo de veículo	Roubo a transeunte	Roubo em coletivo	Roubo de celular*
Desigualdade	-0,310	-0,818	-0,302	0,747
Renda	0,080	0,823	0,449	-0,632
Desemprego	0,606	-0,233	0,194	0,719

(\*) As séries comparadas, no caso de roubo de celular, referem-se apenas ao período 2001-2014.

**Fonte:** Elaboração própria, com base em dados do ISP-RJ e do IBGE.

Conforme esperado, o desemprego tem relação positiva com três modalidades de roubo: de veículo, em coletivo e de celular. Já as relações entre as outras duas variáveis socioeconômicas (desigualdade e renda) e as criminais não se comportam do modo

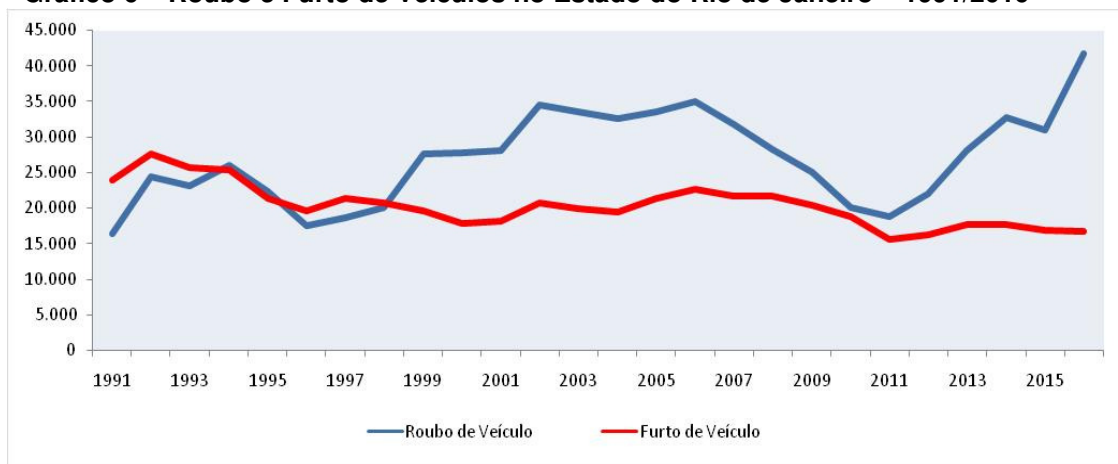
<sup>1</sup> A correlação de Pearson ( $r$ ) é uma medida da variância compartilhada entre duas variáveis. O coeficiente varia de -1 a 1. O sinal indica a direção (positiva ou negativa) do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Iremos considerar a seguinte classificação:  $r = 0,10$  até  $0,30$  (fraco);  $r = 0,40$  até  $0,6$  (moderado);  $r = 0,70$  até  $1$  (forte). (Dancey e Reidy, 2005, *apud* Figueiredo Filho e Silva Jr., 2009). Essa correlação, no entanto, raramente nos permite afirmar quem varia em função de quem; ela apenas indica que há semelhanças entre a distribuição dos valores das variáveis.

esperado, salvo para roubo de celular. Chamam atenção, inclusive, as altas correlações, inversas ao esperado, entre desigualdade, renda e roubo a transeunte, sugerindo que a redução da desigualdade e o aumento da renda estimulam, mais do que inibem, os crimes de rua no período em foco, ao passo que o aumento da desigualdade e a redução da renda (e do consumo) diminuiriam as oportunidades para esse tipo de prática delitiva.

Entretanto, ainda que precariamente, os dados parecem confirmar a teoria segundo a qual o desemprego, sobretudo o desemprego jovem (que não foi possível mensurar isoladamente aqui), está entre as variáveis macroeconômicas que criam um ambiente favorável à opção de buscar rendimento material por meio do crime.

Outro aspecto a destacar é de que a relação entre crimes violentos e crimes não violentos contra o patrimônio se alterou profundamente no estado do Rio durante os anos 1990: em 1991, foram registrados 16.452 roubos e 23.979 furtos de veículo; já de 1998 em diante, a tendência se consolidou e as ocorrências de roubo foram sempre maiores que as de furto até o último registro em 2016. Há um aumento acentuado dos roubos de veículo entre 1996 e 2006, seguida de expressiva queda entre 2007 e 2011, e de um novo aumento a partir daí, ao passo que os furtos apresentam uma tendência geral de queda desde 1991. Na década de 1990, os roubos de veículos cresceram 68,5%.

**Gráfico 6 – Roubo e Furto de Veículos no Estado do Rio de Janeiro – 1991/2016**



**Fonte:** Elaboração própria, construído a partir de dados do Instituto de Segurança Pública - RJ.

Seguindo a mesma tendência, os roubos a transeunte aumentaram no decorrer de toda a década de 90, passando de 11.090 casos registrados em 1991 para 19.219 casos em 2000, um crescimento de 73,3%. Entre os crimes violentos contra o patrimônio - indexados no Sistema Integrado de Metas, o que mostrou elevação mais expressiva foi o roubo em coletivos, com crescimento de aproximadamente 96%, passando de 4.249 em

1991 para 8.305 em 2000. Na contramão, estão os registros de furto. Os casos de furto a transeuntes recuaram 15%, enquanto os furtos de veículos caíram 26% em 10 anos.

A relação entre total de roubos e total de furtos (Gráfico 6, acima), que no Rio de Janeiro era de 0,6 em 1991 (isto é, havia bem menos roubos do que furtos), passou para 1 em 1999; no caso específico dos roubos e furtos de veículos, essa relação saltou de 0,7 em 1991 para 1,4 em 1999, ou seja, passou a haver 40% mais roubos do que furtos de veículos nesse período e a relação continuou aumentando nos anos seguintes (atualmente, é de 1,8 roubos para cada furto no estado e 2,2 no município da capital).

Veremos no próximo capítulo que a hipótese mais forte para explicar esse aumento da violência não só contra a vida, mas também nos crimes contra o patrimônio está na maior facilidade de acesso a armas de fogo, decorrente das novas dinâmicas criminais, relacionadas a mudanças no mercado de drogas ilícitas, e da política de “guerra ao crime” que marcou sucessivos governos do Estado do Rio.

## **Capítulo II – Rio de Janeiro: histórico da criminalidade e das políticas de segurança**

Esta parte do trabalho, que procura resumir as principais mudanças nas modalidades tanto do crime quanto das políticas de segurança desde os anos 1980 até os dias atuais, baseia-se essencialmente nos estudos de Picanço e Lopes (2016), Ignacio Cano (2008 e 2012) e Silvia Ramos (2016). Utiliza também dados do Instituto de Segurança Pública sistematizados pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). Para tornar a leitura mais fluente, só faremos referência aos estudos mencionados quando se tratar de citações literais.

No Rio de Janeiro, a década de 1980 foi marcada por uma transformação no modelo de criminalidade. Desde os anos 1950 vinha aumentando a violência com fins lucrativos no estado, sobretudo na região metropolitana, mas o advento da cocaína (1970) como mercadoria de alta lucratividade modificou as perspectivas do crime. A partir de então, as facções criminosas do Rio de Janeiro encontraram uma forma de manutenção dos altos lucros. A entrada da cocaína em grande escala e de armas de fogo modernas no mercado das favelas do Rio de Janeiro no decorrer da década de 1980 "foi um marco importante para a construção do moderno tráfico visto atualmente, baseado no alto padrão de violência e na formação de facções, com disputas por território, entre eles a polícia e a população." (Picanço e Lopes, 2016). Se o tráfico da maconha já ocorria há décadas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, foi o comércio da cocaína que concedeu aos traficantes ganhos financeiros de importância singular. Desde então o tráfico apresentou um constante aumento.

Associado a isso está o problema da atuação repressiva do aparelho da justiça criminal do Rio de Janeiro e as políticas de segurança adotadas pelos governos fluminenses após a ditadura. Sobretudo nas primeiras décadas pós-regime militar houve uma alternância na ênfase dada aos direitos humanos e às estratégias declaradas de reprimir o crime.

O primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) procurou pautar-se pelo respeito aos direitos humanos, particularmente na forma de a polícia atuar nas favelas, afastando-se, conseqüentemente, de políticas autoritárias de combate ao crime e da antiga gerência, cuja ênfase era "limpar" a cidade dos problemas deixados pelas favelas.

Ao contrário do seu antecessor, Moreira Franco (1987-1991) ascendeu ao governo prometendo livrar o estado do Rio de Janeiro da violência e do tráfico de

drogas em apenas seis meses. Para isso, iniciou no ano de 1988 um plano para exterminar os criminosos com o objetivo de livrar as favelas e as áreas urbanizadas do estado do crime. Moreira Franco prometeu dar às favelas serviços de infraestrutura e de saúde, entre outros. No seu mandato, entretanto, houve uma escalada das taxas de criminalidade.

Nos anos 1990, quando se fala de políticas de segurança pública, o Rio de Janeiro enfrentou um momento delicado. No segundo governo Brizola (1991-1994) e de seu sucessor Nilo Batista (1994-1995), o governo federal interveio nas favelas cariocas, enviando tropas de Exército para ocupá-las às vésperas das eleições de 1994. O discurso era, novamente, o de limpar as favelas da criminalidade e acabar com o tráfico no seu interior. A operação, no entanto, fracassou no seu objetivo e, em consequência aumentou o estigma e a marginalização das favelas. Como se viu no Gráfico 3, acima, a taxa de homicídios dolosos atingiu seu ápice justamente em 1994.

Seguindo a lógica de extermínio da violência e do crime, sobretudo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o governador Marcello Alencar (1995-1998) criou a gratificação por bravura, também conhecida como “gratificação faroeste”, concedida a policiais que, em geral, participaram de ações resultantes na morte de criminosos. O objetivo estava declarado: estabelecer uma guerra contra o crime. O plano do então governador, portanto, incentivou o confronto e fez crescer os homicídios provocados pela polícia. Só entre 1997 e 1998 (não há dados anteriores), o número desses homicídios aumentou 32,3% (ver Gráfico 7, abaixo).

Se o tráfico no Rio de Janeiro tinha como característica singular o sedentarismo e, conseqüentemente, a necessidade de armas para proteção do território, a partir desse momento a figura do inimigo passou a ser representada, sobretudo, pela polícia. A licença para matar concedida pelo governo Alencar não deu aos criminosos outra alternativa a não ser lutar até a morte, já que a rendição e a prisão não constituíam mais alternativa. Por isso, eles passaram a estocar armamentos para combater facções rivais, mas sobretudo a polícia. Assumiram, portanto, uma postura ainda mais agressiva, atacando antes, o que levou aos policiais a atirarem preventivamente. Em outras palavras, os confrontos se tornaram cada vez mais intensos, sobretudo nas favelas, ainda que, muitas vezes, fossem desnecessários e ineficazes do ponto de vista da redução da criminalidade no estado.

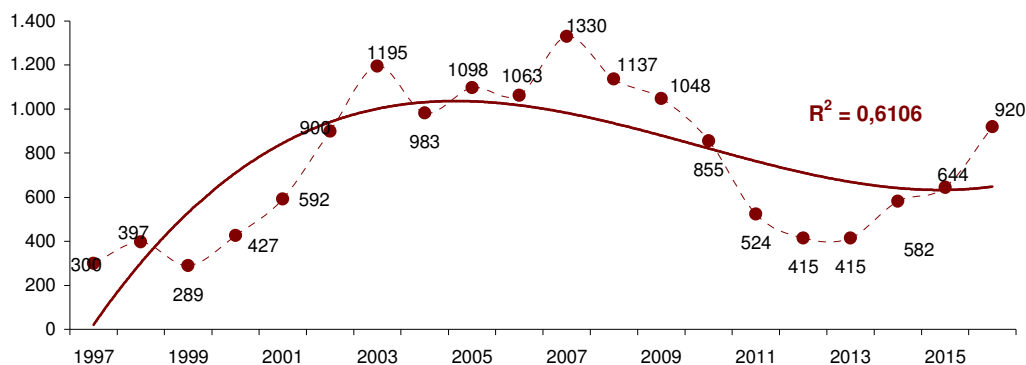
A maior facilidade de acesso a armas de fogo, por sua vez, pode ser uma das explicações para o avanço do número de crimes contra o patrimônio praticados com

violência ou com grave ameaça (roubos), em relação àqueles perpetrados sem recurso à violência (furtos), como foi mostrado no capítulo anterior.

Pouco depois da ascensão de Anthony Garotinho (1999-2002) ao poder do estado, o Rio de Janeiro mergulhou em uma nova crise. Durante sua gestão e a subsequente, comandada por Rosinha Garotinho (2003-2007), as relações do governo estadual com as esferas municipal e federal foram rompidas. Por outro lado, no início do primeiro período, entre janeiro de 1999 e abril de 2000, houve um conjunto de mudanças na política de segurança pública estadual. Buscou-se nesse momento modernizar a Polícia Civil por meio do programa Delegacia Legal; instituiu-se a Ouvidoria de Polícia, para realizar o controle externo da atividade policial; criaram-se as Áreas Integradas de Segurança Pública, que buscavam coordenar territorialmente o trabalho do vários órgãos de segurança e articulá-los à oferta de outros serviços públicos; criou-se ainda o Instituto de Segurança Pública (ISP), para gerenciar os dados sobre criminalidade e violência, estabelecendo metas e monitorando os resultados das políticas de segurança.

Essas mudanças parecem ter impactado as mortes provocadas pela polícia, que caíram 27% de 1998 para 1999, mas não a taxa geral de homicídios, que se manteve praticamente estagnada até 2001, no mesmo patamar de 1998. Nos primeiros meses de 2000, a equipe que vinha gerindo a política de segurança e que implantara as inovações acima citadas foi demitida por Garotinho; mesmo sem revogar formalmente as mudanças, o governo do estado voltou à velha estratégia de confronto, em detrimento da inteligência e da investigação, e isso resultou num vertiginoso aumento das mortes provocadas pela polícia até o ano de 2007 (ver Gráfico 7), bem como numa elevação do patamar da taxa geral de homicídios (ver Gráfico 3).

**Gráfico 7 – Homicídios decorrentes de intervenção policial – 1991/2016**



Fonte: ISP-RJ (Elaboração CESeC)



Outro aspecto que é importante considerar como fonte de violência nesse período, especialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é a consolidação das chamadas *milícias*. Formadas quase inteiramente por agentes do Estado (membros ativos ou reformados das polícias, do Corpo de Bombeiros e das Forças Armadas), esses grupos ganham maior visibilidade no final do ano de 2006 por dominarem áreas antes marcadas pela presença do tráfico. A dinâmica implicava o pagamento por parte dos moradores pela “proteção” dos milicianos nas áreas ocupadas por esses grupos armados.

No início havia uma visão romantizada da tomada de território por paramilitares, potencializada pela esperança de redução da violência com a expulsão do tráfico de drogas de certos locais. Logo se percebeu, entretanto, que se tratava de uma nova modalidade de organização criminosa, que, tanto quanto o tráfico, impunha-se pela força e, se não vendia drogas, explorava ilegalmente outros serviços com fins lucrativos: transporte alternativo, venda de bujões de gás, venda de segurança, de “gatonet”, de loteamentos irregulares e assim por diante. Segundo Ignácio Cano (2008),

“Um número significativo de pessoas públicas, encabeçadas pelo prefeito da cidade, se manifestaram com discursos de justificação da iniciativa, quando não de apoio aberto, considerando que as ‘milícias’ eram uma reação de policiais que moravam naqueles locais com a intenção de ‘liberar’ as populações submetidas pelo narcotráfico. Outras vozes críticas, no entanto, sublinharam o caráter coativo do domínio destes grupos e a contradição que implicava que membros do aparelho do estado agissem de forma privada com o objetivo de extrair lucro.”

A conclusão, em 2008, da CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Estado, desencadeou uma intensa repressão aos grupos milicianos, que tiveram alguns de seus líderes mais importantes presos. Em consequência da repercussão do caso, quase todos os milicianos com cargos eletivos perderam seus mandatos. Os grupos, porém, não foram extintos e, na medida em que as intervenções do estado se tornaram mais intensas, eles passaram a operar de forma mais disfarçada, em áreas menores e de menor visibilidade. Ignácio Cano (2012) afirma que “se antes os milicianos apareciam mais para a comunidade e expunham abertamente suas atividades, após as ações repressivas do Estado eles se tornaram mais discretos”. Ostensivas ou discretas, as milícias são responsáveis em certas áreas por um grande número de homicídios, seja por meio de execuções “punitivas”, seja em função da disputa entre grupos de milicianos pelo controle de fatias dos mercados ilícitos.

Os primeiros anos da administração Sérgio Cabral (2007-2014), foram marcados pelo incentivo ao confronto direto entre a polícia e os traficantes do varejo de drogas

localizados nas favelas. Ao mesmo tempo, porém, houve esforços no sentido de reduzir a interferência política na polícia, inclusive nomeando-se um secretário de segurança não identificado nem com política partidária, nem com esquemas de corrupção. Criou-se um novo Sistema Integrado de Metas (SIM) que gratificava os agentes de unidades (batalhões e delegacias) que cumprissem metas de redução da violência tanto criminal quanto policial. Escolheram-se ainda gestores, dentro da Polícia Militar, afinados com uma abordagem mais moderna da segurança pública e dispostos a estabelecer diálogo com líderes comunitários, ONGs, instituições de pesquisa e outros segmentos da sociedade civil.

Junto com o contexto econômico favorável dos anos 2000, descrito no capítulo anterior, e com as mudanças demográficas ocorridas no mesmo período, a consideração de medidas específicas de segurança pública, sobretudo de 2007 em diante, é crucial para entender a evolução da criminalidade a partir daí.

Tanto a violência letal quanto os crimes violentos contra o patrimônio focalizados neste trabalho apresentam queda significativa dos números absolutos de registros a partir de 2008. Embora essa tendência tenha sido passageira, voltando a inverter-se em 2011 ou 2012, é importante considerar, além dos efeitos do Sistema Integrado de Metas, os impactos do programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), iniciado no final de 2008, com o objetivo de desarticular o controle territorial armado exercido por grupos criminosos nas favelas, que pode ter contribuído adicionalmente para a temporária redução das taxas de criminalidade em várias regiões do Rio de Janeiro, especialmente na capital, onde o programa se concentrou.

O próximo capítulo será dedicado a esse tema, após uma breve digressão sobre o processo histórico de constituição das favelas na cidade, que traça um pano de fundo para se entender o enraizamento do controle territorial armado exercido por grupos criminosos nesses locais a partir dos anos 1980 e a importância de programas de segurança pública, como o das UPPs, voltado especificamente para as áreas de favelas do Rio.

### **Capítulo III - Favelas, periferias e as UPPs**

Marcado pela visível fragmentação social e pela convivência de espaços pobres com zonas mais ricas, o Rio de Janeiro apresenta uma geografia muito peculiar. As favelas surgiram e se espalharam pela cidade no decorrer dos séculos XIX e XX, respondendo a dinâmicas econômicas e urbanas.

A decadência da economia cafeeira, a abolição da escravidão e a embrionária industrialização da área central do Rio de Janeiro foram refletidas por um inchaço demográfico da então capital do país. Foi quando surgiram as primeiras disputas pelo espaço, gerando conflitos que se refletiram na geografia da cidade. Recém libertos, os negros passaram a ocupar os cortiços na zona central do Rio de Janeiro e, a partir de então, iniciou-se o processo de ocupação do centro da cidade pelas camadas menos abastadas da sociedade. Esse formato de moradia, no entanto, logo foi perseguido por seu caráter já marginalizado. O processo que desalojou inúmeras pessoas levou, em consequência, à construção de casas no Morro da Providência e arredores.

Já no início do século XX, essas construções irregulares, ocupadas em geral por famílias negras e recém libertas, eram considerados focos de doenças e criminalidade. Com o propósito de eliminá-las do cenário, o Rio de Janeiro precisaria passar por uma intensa reforma a fim de tornar-se uma cidade moderna, nos moldes europeus. Foi com esse objetivo que o prefeito Pereira Passos iniciou uma série de transformações urbanas no centro da cidade, que incluía a abertura de avenidas, o fim dos cortiços, a criação de jardins etc. Diante disso, os morros localizados no entorno do centro da cidade passaram a ser cada vez mais ocupados pela crescente população pobre.

Essa mesma população pobre, que precisava morar próximo ao seu local de trabalho devido às péssimas condições de transporte, foi se apropriando de espaços para além do centro, na Zona Sul da cidade, por exemplo. A cartografia do Rio de Janeiro foi, portanto, sendo alterada. Desde então, passando pelas políticas do Estado Novo, pela gestão de Carlos Lacerda e até o atual momento, as favelas sofreram a constante ameaça de remoção.

Embora estejam geograficamente integradas à cidade, socialmente apresentam-se isoladas dos bairros mais ricos. Vários planos de reformas urbanas viam as favelas como uma dificuldade do desenvolvimento da cidade e defendiam a sua remoção. As políticas, então, são de limpar a cidade desse corpo enfermo e marginalizado,

caracterizado pela criminalidade, como são considerados os morros ocupados e transformados em densas zonas habitacionais.

Frente à gritante desigualdade, à marginalização e ao estigma social, vários jovens moradores favelas são atraídos para o mundo do crime. A “aventura” do emprego no tráfico perpassa pelos conceitos de honra e moral dentro de uma comunidade. Para os jovens que ingressam nesse mundo, os chefes do tráfico são modelos a serem seguidos. Os que ocupam os postos mais altos na hierarquia do crime são vistos como heróis, quase como celebridades, por alguns homens jovens das comunidades. Estar na linha de comando de um chefe de tráfico famoso traz prestígio social para aqueles que o servem, sendo essa visão quase “romântica” da atividade criminosa, que apela também a valores de masculinidade e coragem, uma das razões para o possível envolvimento dos jovens.

Outros motivos que poderiam atrair os jovens, principalmente na faixa de idade entre 15 e 24 anos, para a prática delituosa relacionada ao crime organizado seriam, primeiro, a deterioração do mercado de trabalho (desemprego, baixa remuneração, jornadas de trabalho muito intensivas e dificuldade de deslocamento entre morada e trabalho), em especial para os jovens pobres, moradores de favelas e de baixa escolaridade. E, segundo, a alta lucratividade das atividades criminosas. Há um discurso recorrente em torno dos ganhos econômicos, de poder e prestígio, e que, dada a proximidade com o local de morada, permite que tais capitais sejam usufruídos e expostos nas suas redes de referência (Picanço e Lopes, 2016). Zaluar (1999, *apud* Picanço e Lopes, 2016) considera ainda que a carreira criminosa pode ser uma escolha “tentadora” para muitos jovens, como substituta do trabalho regular legal, porque a ela está atrelado um conjunto de representações que a opõe ao “trabalhador otário”.

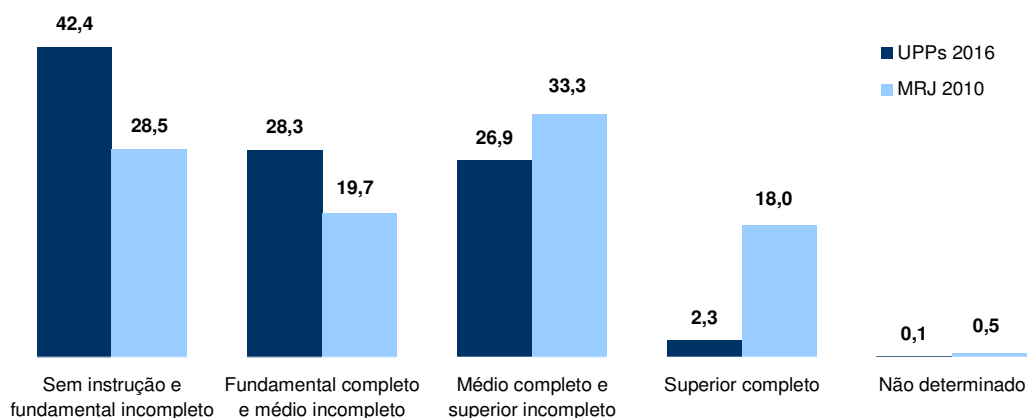
O problema da segurança pública no Rio de Janeiro, como se viu, é histórico e não apresenta uma solução fácil. Se por um lado o tráfico se articula de forma muito peculiar no estado, por outro lado, a polícia recebeu sucessivas ordens de suprimi-lo através da truculência e sem sucesso, acarretando ainda mais violência. Há também o problema da crise econômica que periodicamente ronda não apenas o Rio de Janeiro, mas o Brasil como um todo, dando ao tráfico a oportunidade de captar ainda mais contingente, sobretudo entre os meninos das favelas e periferias.

A desigualdade socioeconômica se reflete também nas diferentes taxas de criminalidade apresentadas em distintas regiões da cidade e do estado do Rio. Em geral são as áreas mais carentes que apresentam os maiores indicadores de violência. A

desigualdade social e econômica pode ser observada na diferença de educação, condições de moradia, tipos de trabalho, espaços culturais, áreas de lazer etc.

Sabe-se que nas áreas de favela o nível de escolaridade é mais baixo que nas outras áreas da cidade (Gráfico 8, abaixo). O inverso ocorre com as taxas de desemprego. Segundo pesquisa recente do CESeC, o desemprego no estado do Rio de Janeiro em meados de 2016 girava em torno de 8%, mas nas áreas de favela com UPPs a taxa já atingia 13,3%.

**Gráfico 8 – Nível de escolaridade da população das UPPs e da população do Município do Rio de Janeiro com 16 anos ou mais de idade**



Fonte: Musumeci (2017)

Essas áreas poderiam ser o foco da mídia, não como forma de julgamento e condenação, mas para que se desse a elas a visibilidade de que precisam em termos de investimento e de políticas realmente empenhadas em reduzir a violência; no entanto, as medidas de segurança bem como os holofotes estão voltados para as zonas mais ricas do estado e do município, deixando ainda mais à margem aquelas áreas periféricas.

Uma política de segurança pública que se propusesse a enfrentar o problema de criminalidade do Rio de Janeiro teria que estar atenta a diversas variáveis que compõem a raiz do problema. Musumeci (2006) afirma que, em primeiro lugar, uma política séria não pode prometer milagres, que a situação calamitosa do Rio de Janeiro não será convertida de uma hora para outra, como fórmula mágica. É preciso que se tenha um projeto a longo e médio prazo, associado a investimentos contínuos. Daí o porquê de não serem eficazes nem suficientes medidas imediatistas como redução da maioria penal, cercamento das favelas ou simples retomada do crescimento econômico. É necessário que haja um esforço coletivo, de diversas instâncias, para reduzir ao mesmo

tempo as desigualdades e a criminalidade.

Às políticas de segurança pública é ideal que se articulem programas econômicos, sociais, educacionais e culturais, principalmente voltados para os jovens nas áreas de periferia, em que a precariedade desses tipos de programas é notória. Isso porque o contato com instituições que se proponham a dar atenção às comunidades mais carentes é essencial para reduzir os atrativos da entrada no mundo do crime, que, como já dito, tendem a ser mais fortes nos segmentos jovens. A educação como meio de superar a marginalização é uma arma de grande poder. Já vimos que cada vez mais se exige do trabalhador alguma forma de especialização e, medidas como as citadas acima auxiliam na formação de indivíduos mais capacitados, abrindo caminhos alternativos à reprodução da pobreza ou à adesão ao crime. O que se pretende, dessa forma, é justamente reverter o quadro caótico de abandono das favelas e periferias do estado.

Além disso, a atuação da polícia precisa ser profundamente remodelada. É necessário que haja uma reforma institucional para que a política de segurança pública seja eficaz e não gere ainda mais violência.

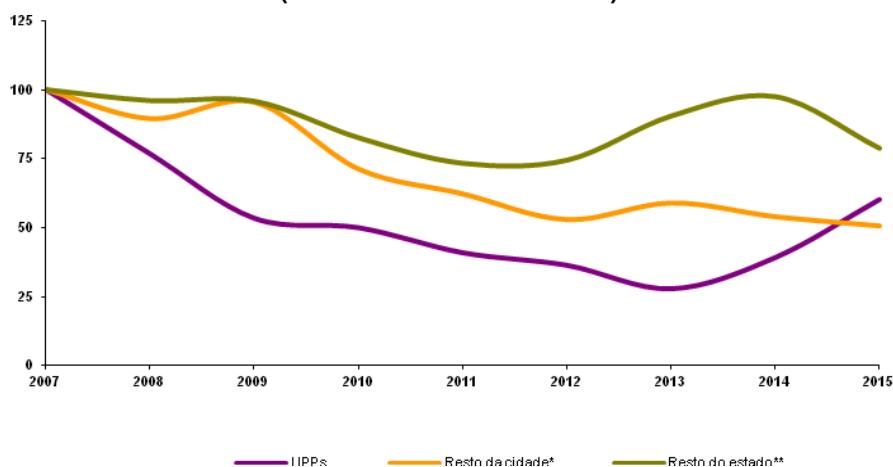
Durante décadas as polícias do estado do Rio de Janeiro – tanto a civil quanto a militar – estiveram mergulhadas na precariedade e numa lógica de confronto, em detrimento de outras ferramentas fundamentais do trabalho policial, como a investigação, a inteligência e as estratégias de prevenção. Esse foi certamente um dos motivos que dificultaram uma atuação eficaz no controle do crime e da violência no estado.

A partir de 2008 teve início uma nova política de segurança pública focalizada especificamente nas favelas, que contemplava, ao menos em tese, a conjunção de fatores acima apontada: o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O objetivo era ocupar as favelas, desarticulando o tráfico no seu interior, e manter uma presença policial inspirada nos princípios de policiamento comunitário, sem infligir mais danos às populações locais. Ou seja, recuperar e ocupar permanentemente os territórios dominados por facções criminosas, dando fim ao confronto armado. O desafio, no entanto, como diz Silvia Ramos (2016), estava sobretudo em mudar as polícias para que sua atuação fosse cautelosa e eficaz.

O discurso diferia daquele anterior, de guerra contra o tráfico, e a segurança dos moradores das favelas estava em primeiro plano. As Unidades de Polícia Pacificadora foram, antes de mais nada, uma mudança inédita na forma como a própria polícia intervinha sobre as favelas. Essa estratégia, a partir de 2008 e durante alguns anos,

permitiu reduzir de forma considerável as taxas de homicídios (ver Gráfico 9) e de certos crimes contra o patrimônio no estado e sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, porém, diversas falhas na condução do programa, agravadas pela crise econômica, não permitiram a continuidade desse “círculo virtuoso” e, a partir de 2012 a situação da segurança pública voltou a se agravar seriamente na cidade e no estado.

**Gráfico 9 – Homicídios nos territórios com UPP, no resto da cidade e no resto do Estado do Rio de Janeiro – 2007/2015**  
(Número-índice: 2007=100)



(\*) Resto da cidade = MRJ menos áreas com UPP

(\*\*) Resto do Estado = ERJ menos MRJ

Fonte: ISP-RJ (Elaboração CESeC)

## Falhas e problemas no desenvolvimento do programa

É preciso lembrar que o foco principal do programa UPP foram áreas de favelas localizadas na Zona Sul ou periferias próximas aos locais de maior valorização e visibilidade do Rio de Janeiro. O critério de escolha das áreas a serem beneficiadas não foi o das favelas e periferias com maiores índices de criminalidade, e sim o dos mais relevantes para a segurança dos grandes eventos esportivos que ocorreriam em 2014 e 2016. Ao terem o controle das favelas desarticulado, muitos traficantes migraram dessas regiões. Em geral, áreas como a Baixada Fluminense, Ilhas e Niterói foram os destinos escolhidos para que o tráfico se rearticulasse, aumentando, em consequência, os índices de criminalidade dessas zonas do estado.

Além disso, como observa Ramos (2016), durante o governo de Sérgio Cabral e de Luiz Fernando Pezão, acompanhamos uma política bipartida de segurança. Ou seja, nas favelas com UPP, a recomendação inicial era de respeito aos moradores, mas, em

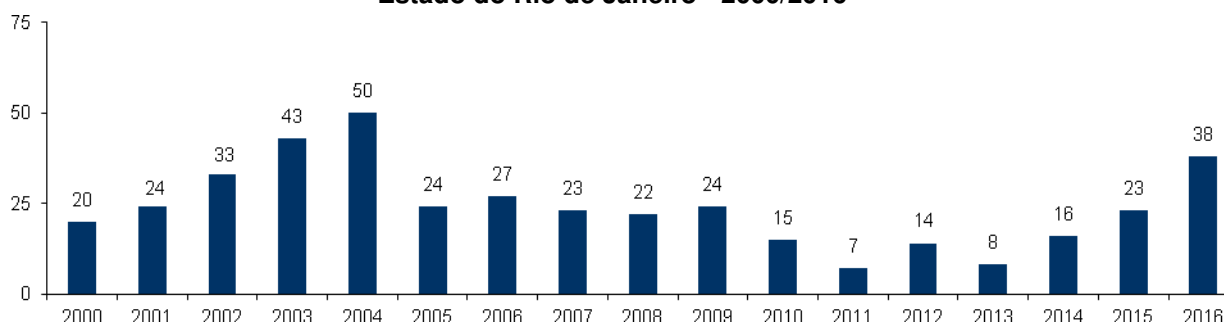
outras áreas, a polícia manteve a estratégia de confronto, ainda que o Sistema de Metas possa ter contribuído para reduzir a letalidade dessas ações policiais, que diminuiu também no restante do estado, como se viu o Gráfico 9, acima.

As UPPs, ao contrário do que se supõe, não foram postas em uso depois de um elaborado projeto, planejado para ser implementado. Elas foram o resultado de uma experiência concreta. Em outras palavras, resultaram da prática. Segundo Ramos (2016), são escassas as suas fontes de institucionalização, o que gera no seu seio diversos problemas. O primeiro aparece de forma muito clara: como padronizar os procedimentos se não há um documento que dite regras e parâmetros para a atuação das UPPs? Corre-se o risco, assim, de ficar-se novamente à mercê das ordens específicas para cada determinada área e na dependência das características e inclinações de cada comandante local (Cano, Borges e Ribeiro, 2012).

Outro grave problema é a ausência de monitoramento e de avaliação sistemática de metas, práticas e resultados. Os mecanismos para controle das atividades policiais e coibição de desvios (como a Ouvidoria das UPPs) tampouco chegaram a ser desenvolvidos. E o trabalho de investigação e inteligência necessário para evitar a reentrada de criminosos e armas nas comunidades foi relegado a segundo plano (Cano, Borges e Ribeiro, 2012; Ramos, 2016).

Mas, mesmo com essas falhas de origem, é possível observar uma diminuição dos índices de violência no Rio de Janeiro a partir da implementação das UPPs. Como já vimos, as taxas de crimes contra patrimônio recuaram por um tempo e seguiram a mesma dinâmica as taxas de homicídios, que caíram consideravelmente nos primeiros cinco anos do programa. Há forte decréscimo, também, das mortes provocadas pela polícia, de 1.330 em 2007 para 415 em 2012 (ver Gráfico 7, mais acima). E, igualmente, das mortes de policiais em serviço (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Policiais militares mortos em serviço  
Estado do Rio de Janeiro - 2000/2016**



**Fonte:** ISP-RJ (Elaboração CEsEC)



Como diz Silvia Ramos (2016):

"É inegável que as UPPs demarcam uma mudança radical nas trajetórias das políticas para a área, no decorrer de três décadas, com o fim do discurso da guerra nas favelas. São essas mudanças que explicam a forte redução dos crimes violentos contra a vida no Rio de Janeiro."

A autora apresenta seis características principais das UPPs:

1. tropa fixa;
2. lógica do policiamento de saturação;
3. presença de um oficial no campo responsável pelos policiais na comunidade;
4. tropa composta predominantemente por policiais recém formados;
5. valorização do policial de UPP;
6. estratégia de mídia, insistindo que se tratava de um programa de governo e não apenas de polícia.

Essas características trouxeram às UPPs o frescor necessário de novidade no tocante à atuação da polícia nas favelas do Rio de Janeiro. Se, durante décadas, travar uma guerra contra o tráfico para suprimi-lo constituiu o principal objetivo da polícia, as UPPs não apresentam licença para matar e colocam maiores dificuldades para negociação com os traficantes. As Unidades de Polícia Pacificadora, portanto, foram um projeto que incidiu sobre a própria polícia, ao mesmo tempo em que reduziu a violência. Em outras palavras, durante certo período, esse projeto conseguiu conter paralelamente o índice de violência no Rio de Janeiro e a corrupção na polícia do estado.

Há também de se ressaltar o impacto que as UPPs ofereceram para o índice de criminalidade no interior das próprias favelas. Cano, Borges e Ribeiro (2012) fizeram um levantamento dos números apresentados antes e depois da instalação das UPPs e constataram que o número de mortes violentas nas comunidades ocupadas pela polícia diminuiu cerca de 75%. Ainda que com variações, como tamanho e densidade demográfica de cada favela, pode-se observar a partir das Unidades de Polícia Pacificadora uma mudança positiva nos números de crimes violentos (mortes e roubos), ao passo que alguns delitos não violentos, como furtos e crimes relacionados a drogas, parecem ter aumentado muito, mas provavelmente o que aumentou, com a presença policial, foram os registros formais desses delitos, normalmente subnotificados pela população e sobretudo pela população de favelas (Cano, Borges e Ribeiro, 2012).

No entanto, não se pode deixar de olhar para a iniciativa como um todo nem

ignorar os defeitos que colocaram em sério risco a continuidade do programa, a despeito de um breve sucesso inicial. Em primeiro lugar, é preciso avaliar a formação dos policiais designados para as UPPs. Uma pesquisa realizada por Musumeci (2015) revela que mais da metade dos policiais entrevistados em 2014 não se considerava devidamente formada para trabalhar em UPP. A maioria deles alegava ainda, segundo a autora, falta de conhecimento da realidade das favelas. Além disso, as UPPs não conseguiram, em geral, criar um diálogo entre as comunidades e os policiais. Mesmo depois de anos da sua instalação, ainda havia uma sensação de desconforto e de desconfiança com a ocupação policial no interior das favelas. A integração do programa às comunidades teria sido de fundamental importância para converter a ocupação pela força em legitimidade. Esse é um processo que as UPPs não chegaram a trilhar suficientemente.

Há, também, o problema de uma avaliação sistemática do que está dando certo ou não em cada território ocupado. Cada favela é um caso diferente e é preciso que haja diálogo entre seus moradores e os policiais do programa para que se possa fazer um exame conjunto dos resultados da ação da polícia.

Outro problema comum na prática das UPPs é a falta de integração entre o trabalho da Polícia Militar com o trabalho de investigação. Dessa forma, é possível a grupos armados se rearticular para atacar um pequeno contingente de policiais em um território que lhes é mais conhecido. Foi por isso que, em certas áreas onde as UPPs já haviam sido instaladas, a sensação de insegurança parecia ainda maior. O trabalho de investigação está, aparentemente, ausente no programa, dando a impressão de que os policiais de ponta trabalham isoladamente. A grande questão está no sentimento que isso gera, de solidão e pessimismo por parte da polícia, que, em diversos casos, acaba por agir de acordo com antigos hábitos.

O fantasma dos velhos costumes nos leva a um novo problema: ainda que se prefira designar policiais recém-formados para o trabalho nas favelas, o "modelo guerreiro" da tropa continua forte na polícia, e tende a ganhar a dianteira na medida em a situação da segurança pública se agrava dentro e fora das UPPs.

Outra falha séria na implantação do programa é o fato de as intervenções sociais que deveriam acompanhá-lo terem sido interrompidas precocemente (Ramos, 2016). A UPP Social foi extinta antes de completar seis meses e outras iniciativas como obras do PAC e do programa Morar Carioca também foram sendo abandonadas com a crise econômica ou, antes mesmo, com os interesses políticos voltados prioritariamente para

os grandes eventos esportivos. O único aspecto que permaneceu foi o da ação policial, isolada de outras medidas para a integração das favelas. Isso reforça tanto o abandono das comunidades como áreas que necessitam de atenção para além das políticas de segurança pública quanto o estereótipo de que as favelas são um espaço perigoso que deve ser controlado a qualquer custo. Embora o projeto das UPPs apresentasse uma novidade em relação à atuação histórica da polícia contra o crime, sobretudo no interior das favelas, ele precisaria ter passado por muitos ajustes. Seria necessário adequá-lo às demandas das próprias favelas e, para isso era fundamental estabelecer um diálogo entre as próprias Unidades de Polícia Pacificadora e os moradores. Em geral, o que se espera de programas do estado não é a pura e simples ocupação policial, mas um investimento mais profundo, que diz respeito às carências da comunidade em questão. Por isso, a implementação do programa deveria ter-se associado a medidas básicas de saneamento, investimento em cultura e educação, e em iniciativas capazes de melhorar o relacionamento entre policiais e a comunidade. Se a eficácia do programa é indiscutível na redução dos índices de violência, sobretudo nas áreas mais “nobres” da capital, que foram o seu maior foco, as consequências práticas das falhas apontadas refletem-se na rápida reversão desse benefício, com os índices de criminalidade violenta voltando a subir, como já se viu, a partir de 2012.

Concomitantemente, o Brasil vive um período de incertezas no que diz respeito à política e uma profunda crise econômica, intensificando a sensação de instabilidade e de insegurança. Nesse cenário de incertezas, fica a dúvida sobre até que ponto é possível salvar esse projeto, hoje profundamente deteriorado, e retomar a tentativa de mudança de paradigma na atuação policial. As UPPs trouxeram esperança de melhoria na segurança pública e na relação do poder público com as favelas, mas as falhas no seu desenvolvimento, a crise por que passam atualmente e o descrédito em que caíram levam a pensar que há poucas chances, no momento, de que sejam retomadas em seu projeto inicial, a partir de uma reforma profunda dos seus rumos e perspectivas.

## Considerações finais

A partir das reflexões apresentadas no presente trabalho, podemos observar que a relação entre condições macroeconômicas e índices de criminalidade, mesmo no caso dos crimes contra o patrimônio, não se apresenta de forma simples e linear. Se o desemprego e a desigualdade parecem de fato ter um papel explicativo importante, o aumento geral da renda pode mostrar um efeito inverso ao esperado, no caso de certas modalidades de delitos, como os roubos a transeunte, em que a maior quantidade de consumidores em circulação e a maior disponibilidade de objetos facilmente subtraíveis pode ampliar as oportunidades para esse tipo de crime.

Outro ponto ressaltado no trabalho é a importância de se levar em conta, conjuntamente, fatores socioeconômicos, demográficos e de segurança pública. Isso fica bastante claro quando se considera a década de 1990 no Rio de Janeiro. Por um lado, o modelo peculiar do mercado de drogas, caracterizado pelo sedentarismo e pelo domínio armado de territórios, consolida-se nessa década com o advento da cocaína em larga escala e o aumento da lucratividade das “bocas de fumo”. Isso gera uma situação crônica de disputa entre facções e leva o estado do Rio a tornar-se durante muitos anos recordista das taxas de violência no Brasil. Agravando as consequências desse modelo, políticas como a “gratificação faroeste”, que estimulavam a eliminação, em vez da prisão dos criminosos, contribuíram para acentuar a corrida armamentista e exponenciar a violência dos confrontos entre a polícia e os traficantes de drogas. Por sua vez, a maior disponibilidade de armas fez crescer o nível geral de violência, mensurável, por exemplo, pelo aumento da relação roubos/furtos no estado. A crise econômica, o aumento da população jovem e a alta taxa de desemprego jovem nos anos 1990 favoreceram, por seu turno, o recrutamento crescente para as fileiras do crime.

Nos primeiros anos do novo milênio, apesar das sensíveis melhoras na economia e de uma tentativa passageira de modernizar as instituições de segurança, os homicídios no Rio de Janeiro mantêm-se num patamar elevado, alguns crimes contra o patrimônio aumentam e dispara o número de mortes provocadas pela polícia, em função da retomada da estratégia de confronto nas favelas e periferias do estado. Em 2008, no entanto, um novo programa é posto em prática: as Unidades de Polícia Pacificadora. Esse projeto, que ganhou forma à medida que foi sendo implantado, tinha por objetivo a recuperação e a ocupação contínua pela polícia de territórios dominados por traficantes

armados.

Junto com fatores socioeconômicos, como a diminuição do crescimento da população jovem e a redução do desemprego, e junto com outras iniciativas na área de segurança pública, como a criação do Sistema Integrado de Metas, a experiência das UPPs foi responsável por impactos positivos nas taxas de criminalidade e violência no Rio de Janeiro. Além disso, representou um passo importante para a mudança da atuação da polícia em áreas consideradas de risco. Sendo, porém, um projeto que se delineou no seio da própria ação, precisaria ter sofrido correções e adaptações de percurso para que seus efeitos sociais pudessem consolidar-se. Como isso não ocorreu, ainda que as UPPs tenham de início apresentado grandes avanços na redução das taxas criminais, permaneceram como projeto inacabado e imperfeito, sem condições de sustentar-se no longo prazo.

O projeto das UPPs não foi apenas uma tentativa de expulsar criminosos armados das áreas de risco, mas procurou também criar um diálogo entre a polícia e as favelas. No entanto, entre outros motivos, a falta de conhecimento e de treinamento específico para atuar nessas áreas dificultou a atuação e a mudança de atitude dos policiais, que não tinham intimidade com o seu local de trabalho. A formação majoritariamente teórica, a permanência de uma cultura bélica e a ausência de programas estatais auxiliares à presença da polícia não permitiram uma aproximação com os moradores das favelas.

No momento atual, a situação caótica em que se encontra novamente a segurança pública no estado do Rio é atribuída com frequência à crise econômica. O que o trabalho espera ter mostrado, porém, é que, se fatores socioeconômicos tais como desemprego e desigualdade parecem influenciar os níveis de violência, a política de segurança pública tem um grande peso na atenuação ou no agravamento desses efeitos.

Não era objetivo da monografia apontar soluções para a questão da criminalidade no Rio de Janeiro, mas apenas indicar, neste pequeno espaço, como se conjugaram aspectos socioeconômicos, dinâmicas criminais e respostas governamentais ao problema nas últimas décadas. O que podemos concluir do estudo é que uma política de segurança pública consistente, humanizada, combinada a investimentos sociais nas áreas com maiores índices de criminalidade – como deveria ter sido o desenvolvimento das UPPs - e que dedique especial atenção aos jovens pode ser o caminho para melhorar significativamente as condições de segurança no Rio de Janeiro.

Mas, infelizmente, não é o que tem ocorrido no estado, onde as políticas ou têm

buscado, sem sucesso, resolver os problemas a curto prazo, reativamente, pela repressão, ou, quando um projeto alternativo é implantado, não conta com as condições mínimas necessárias para garantir sua consolidação.

Ainda se precisa avançar muito, portanto, na direção de um equacionamento adequado para o problema da criminalidade no Rio. Mas acreditamos que pensar a história e as necessidades locais de uma perspectiva multidisciplinar já significa um passo à frente nesse caminho.

## Bibliografia

- BALASSIANO et al. **Os fatores econômicos importam?** Uma análise da criminalidade no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FUCAPE Working Papers”. 2012. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_public/workingpapers/35-2012.pdf](http://www.fucape.br/_public/workingpapers/35-2012.pdf)>. Acesso em 10/10/2016.
- BARROS, Ricardo Paes de; PERO, Valéria. Pobreza no Rio de Janeiro: tendências recentes e desafios para o futuro. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: ed. Campus, 2011, p. 191-212.
- CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (orgs.). **“Os donos do morro”:** Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: LAV/UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012. Disponível em: <<http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>>. Acesso em: julho de 2017. Publicado como livro, com o mesmo título, pela Fundação Heinrich Boll, em 2014. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2014/10/23/os-donos-do-morro-uma-avaliacao-exploratoria-do-impacto-das-unidades-de-policia>>. Acesso em: julho de 2017.
- CANO, Ignacio. **Seis por meia dúzia?** Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. In: Justiça Global, Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_jglobal/r\\_jg\\_rj\\_milicias.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_jglobal/r_jg_rj_milicias.pdf)>. Acesso em 06/09/2017.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012, p. 119. Disponível em: <[http://br.boell.org/sites/default/files/no\\_sapatinho\\_lav\\_hbs1\\_1.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/no_sapatinho_lav_hbs1_1.pdf)>. Acesso em 06/09/2017.
- CERQUEIRA, Daniel. **Causas e Consequências do Crime no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC, 2010.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da Criminalidade: Uma Resenha dos Modelos Teóricos e Resultados Empíricos. **Textos para Discussão**, n. 956. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4186](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4186)>. Acesso em agosto de 2017.
- COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. **American Sociological Review**, 1979, p. 588-608. Disponível em: <[http://www.personal.psu.edu/exs44/597b-Comm%26Crime/Cohen\\_FelsonRoutineActivities.pdf](http://www.personal.psu.edu/exs44/597b-Comm%26Crime/Cohen_FelsonRoutineActivities.pdf)>. Acesso em 22/11/2016.
- EHRlich, Isaac. **Participation in Illegitimate Activities:** A Theoretical and Empirical Investigation, 1973. Disponível em: <<https://people.terry.uga.edu/mustard/courses/e8420/Ehrlich.pdf>>. Acesso em 30/11/16.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito e SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2766>>. Acesso em 19/11/2016.

- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em 06/09/2017
- MARANGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** 2012. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em 22/10/2016.
- MARCONDES, Sergio. **Triângulo do crime aplicado à segurança**. Desafios do Desenvolvimento, 2016. Disponível em: <<http://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/triangulo-do-crime-seguranca-fisica/>>. Acesso em 26/10/2016.
- MEDEIROS, Carlos. **A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década**. Projeto do IPEA “Modelagem Macrométrica para a Economia Brasileira em Moldes Estruturalistas. 2013
- MUSUMECCI, Leonarda. Segurança Pública no Rio de Janeiro. **Revista TCMRJ**, n.34, dezembro de 2006. Disponível em: <[https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/TCMRJ\\_artigo\\_seguranca.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/TCMRJ_artigo_seguranca.pdf)>. Acesso em 06/09/2017
- MUSUMECCI, Leonarda. Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil. In: Flávio Villar. (Org.). **O mercado da segurança privada no Brasil: Conceitos, história, política de regulação e força de trabalho**. São Paulo: ed. Sicurezza, 2011, p. 373-418.
- MUSUMECCI, Leonarda. “Eles nos detestam”: Tropeços do policiamento de proximidade em favelas. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 19, novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ucamcesec.com.br/boletim/eles-nos-detestam-tropecos-do-policiamento-de-proximidade-em-favelas/>>. Acesso em 06/09/2017
- MUSUMECCI, Leonarda. **Perfil sociodemográfico dos moradores de favelas com UPP na cidade do Rio de Janeiro, 2016**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017 (no prelo).
- MUSUMECCI, Leonarda; CONCEIÇÃO, Greice da. **Geografia dos roubos de veículos na cidade do Rio de Janeiro: Análise das ocorrências registradas pela Polícia Civil e das denúncias feitas ao Disque-Denúncia no período 2002-2005**. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, agosto de 2007. Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/textodownload/geografia-dos-roubos-de-veiculos-na-cidade-do-rio-de-janeiro-analise-das-ocorrencias-registradas-pela-policia-civil-e-das-denuncias-feitas-ao-disque-denuncia-no-periodo-2002-2005/>>. Acesso em: 06/09/2017
- MUSUMECCI, Leonarda; SILVA, Gabriel Fonseca da; CONCEIÇÃO, Greice da. **Geografia da violência na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2000 a 2005**. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 11, outubro de 2006. Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim11.pdf>>. Acesso em: 06/09/2017
- NERI, Marcelo. **A nova classe média: O seguro e o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro, FGV, 2014. Disponível em: <http://cnseg.org.br/migration/doc/5365F436-943F-405D-A589-2742C74E3EF3/file.pdf>. Acesso em 07/09/2017.
- OMETTO, Ana Maria H *et al.* Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/24142/26107>>. Acesso em 25/09/2016.
- PENA, Rodolfo. **UPP – Unidade de Polícia Pacificadora**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/upp-unidade-policia-pacificadora.htm>>. Acesso em 26/10/2016.



PICANÇO, Felícia e LOPES, Natânia. **O tráfico de drogas em formas**: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. Lisboa: ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2016, p. 97-108. Disponível em: <<http://migre.me/vy2Ac>>. Acesso em 06/11/2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2013.

RAMOS, Silvia. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 21, março de 2016. Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/boletim/violencia-e-policia-tres-decadas-de-politicas-de-seguranca-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 06/09/2017

RODRIGUES, Robson. **Os dilemas da pacificação**: Notícias de guerra e paz em uma “Cidade Maravilhosa”. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, agosto de 2014 (Artigo Estratégico, 8). Disponível em: <<http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p5.pdf>>. Acesso em: 04/09/2015.